

## **A METAMORFOSE DA MEMÓRIA INDÍGENA NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNESCO**

**RESUMO:** O artigo estabelece uma discussão dos estoques informacionais produzidos em meio digital sobre os povos indígenas no tempo hoje. Neste artigo, serão abordadas duas ações documentárias sobre a temática em questão: o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) e a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica, ambos organizados e difundidos pelo Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O presente trabalho trilhará as seguintes sendas da memória indígena: da memória oral, passando pela memória documental desenvolvida pelo Estado e a memória auto-referente, na qual os retratados são os mesmos que realizam o registro documentário, ou seja, os próprios povos indígenas e o contexto político-institucional que possibilitaram os Programas de documentação indígena.

**Palavras-chave:** Documentação. Memória. Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

## **THE METAMORPHOSIS OF INDIGENOUS MEMORIES IN THE FRAMEWORK OF UNESCO DOCUMENTATION PROJECTS**

**ABSTRACT:** The article establishes a discussion of the informational information produced in digital media about indigenous peoples in the contemporary world. In this article, two documentary actions on the subject will be addressed: the Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) e a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica, both organized and disseminated by the Museum of the Indian / National Indian Foundation in partnership with the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). The present work will trace the following paths of the indigenous memory: from oral memory to documentary memory fostered by the State and self-referential memory, in which the portrayed are the same ones who perform the documentary record, that is, the indigenous peoples themselves and the political-institutional context that made possible the programs of indigenous documentation.

**Keywords:** Indigenism. Documentation. Memory. Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

**Rodrigo Piquet Saboia de Mello**  
Doutorando e Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Ciência da Informação  
- PPGCI - do Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência e Tecnologia -  
IBICT/Universidade Federal do Rio de  
Janeiro - UFRJ. Especialista pela  
Faculdade de Educação da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
rodrigopiquetuff@hotmail.com

**Ione Helena Pereira Couto**  
Doutora em Memória Social  
pela Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro.  
patrimonio.cultural@museudoindio.gov.br

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos estão sendo travadas grandes transformações no que diz respeito à produção documentária e a forma como instituições e estratificações sociais têm se apropriado das informações produzidas e/ou salvaguardadas em repositórios de instituições. Novos tipos de suportes de informação têm aparecido, o que nos faz refletir sobre os novos desafios para a sua manutenção, já que não são mais produzidos por uma autoridade documentária, como foi tradicionalmente o Estado, mas sim por agentes autônomos que possuem a capacidade de articular o manejo das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Tanto o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) quanto a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica são iniciativas do Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O primeiro tinha por função precípua qualificar os povos indígenas como principais parceiros na promoção de seus registros culturais. Sua principal característica era instrumentalizar tais grupos na realização de trabalhos de cunho documentário e gerenciamento de centros de documentação em suas terras indígenas. Esse Programa é marcado pela captura digital de registros culturais pelos próprios indígenas, depois de treinados por meio de oficinas promovidas pelo Museu do Índio. Os documentos produzidos pelo Programa são posteriormente inseridos na documentação do Museu e nos centros de documentação indígena gerenciados pelos próprios indígenas.

Já o segundo tem por objetivo garantir que povos que estejam em regiões de fronteira produzam objetos de sua cultura material e registrem suas línguas, visto que se encontram em regiões de difícil acesso para pesquisadores e outros agentes que atuam sobre a temática indígena, assim como pelos próprios servidores do Estado brasileiro, estes representados principalmente pela atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Conforme explicitado no texto basilar da ação documentária com os povos transfronteiriços:

Este quadro [de vulnerabilidade social] evidencia a importância e a necessidade de se desenvolver ações de divulgação, valorização, apoio, fomento e a garantia das condições de produção e reprodução das línguas e culturas dos povos de fronteira, isolados e de recente contato. Sabe-se que quase a totalidade das línguas e culturas minoritárias encontram-se em situação de risco e/ou desaparecimento e o que se pretende é minimizar os riscos de perdas a que estão sujeitos esses povos. (UNESCO, 2015, p. 7)

Para a compreensão do processo que está em curso, o conceito de transmutação da memória indígena é pertinente, porque traz em sua essência o caráter transitório e transformador da memória indígena marcada, tradicionalmente, pela transmissão tendo como base a oralidade. Ao contrário do que ocorre nas sociedades de tradição escrita, que selecionam o que vai ser preservado nos lugares de memória, ou seja, bibliotecas e museus, os povos indígenas não contavam com tais instituições. (CANDAU, 2012).

É possível afirmar que a transmissão da memória indígena passou a ocorrer por meio do suporte físico, ou seja, de natureza documental. Este processo de transformação da memória tem sua base na experiência vivida pelos povos indígenas em seu contato sistemático com o modelo de registro utilizado pela sociedade ocidental, em que o documento tem poder probatório. Inicialmente promovido pelo contato com as missões religiosas e, posteriormente, pelo Estado. O último, representado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910 e fundado em 1967, cuja principal característica foi o controle das populações indígenas por meio de um sistema tutelar visando a atender aos interesses do Estado, modelo cujo exercício também realizou o registro das manifestações culturais dos povos em que o Serviço assistia. A produção da memória neste estágio passa pela ação de agentes estatais que agiam em conformidade com as diretrizes do Estado. Interessante registrar que: “A memória, em sua forma mais elaborada, é capaz de articular historicamente o passado, não ‘como ele efetivamente foi’; mas como uma faísca de esperança que fulgura num momento de perigo, para usar a expressão poética de Walter Benjamin.” (FREIRE, 1992, p. 139).

Portanto, a produção da memória, como naquela registrada em suportes de informação produzidos pelo Estado, não significava o registro da memória indígena, mas sim, o registro promovido pelo Estado sobre as manifestações dos povos indígenas, não a captura do legado de modos de vida, experiências e saberes acumulados por aqueles indivíduos, resultado de suas interações com a natureza e sua história. Pois tais documentos nada mais eram que uma interpretação das ocorrências nas terras habitadas pelos indígenas.

Sendo assim, estamos chamando de transmutação da memória indígena o contexto histórico-socio-documentário em que se inserem o PROGDOC, cuja característica mais significativa se encontrava na produção documental pelos próprios indígenas e na criação de centros de documentação em suas áreas. A importância da criação deste repositório documental está em colocar o indígena como protagonista no processo de memorialização de suas ações culturais e das demais atividades inerentes para a formação de sua etnicidade.

Já para a ação em curso na Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica tem como beneficiário do projeto também os próprios povos transfronteiriços. Deste modo:

A pesquisa e documentação linguística e cultural modernas, voltadas para a salvaguarda de patrimônio linguístico e cultural das populações indígenas, visam beneficiar, em primeiro lugar, as comunidades indígenas, fortalecendo suas línguas e suas culturas, condições indispensáveis para um bilinguismo ou multilinguismo estável, a única forma sustentável de manter a diversidade. Não é por acaso que a demanda por documentação proveniente de grupos indígenas já ultrapassa de longe a capacidade dos poucos pesquisadores e centros preparados para este tipo de trabalho, especialmente na Região Amazônica. (UNESCO, 2015, p. 34-35).

A discussão concentra-se nas apropriações que os povos indígenas estão fazendo dos modelos de registro da memória disponíveis em nossa sociedade e concentradas em instituições de memória, como o Museu do Índio, para criar seus próprios registros, utilizando, para isso, novas tecnologias de informação e comunicação, novos repositórios e seu gerenciamento. Essa nova memória indígena, que pode ser classificada como auto-referente, é também fruto de uma mudança da postura do Estado com relação à diversidade étnica.

O artigo, fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental, seguirá às seguintes veredas de problematização sobre a memória indígena e as ações de documentação: serão discutidas as novas configurações documentárias sobre a memória dos povos indígenas, passando pelas experiências da memória já registradas no âmbito do PROGDOC e problematizadas no novo projeto de Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica até a formação da conjuntura política que ensejou o fomento das recentes experiências de práticas documentárias.

## **2 A FORMAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDÍGENAS E DA AÇÃO DOCUMENTÁRIA**

Ao abordarmos nesta seção a formação das memórias indígenas e como a documentação tem contribuído para tal estruturação, há de se render a problematização dos feitos para com os povos indígenas a partir de Suzanne Briet, também conhecida como *Madame Documentation* (MAACK, p. 95). Conforme explanado pela própria autora: “As formas que as atividades documentárias podem assumir são tão numerosas quanto as necessidades que se fazem nascer.” (BRIET, 2016, p. 35). Ou seja, assim como existe o exercício documentário de natureza

hegemônico, como aquele realizado pela Ciência e Tecnologia (C&T), está em curso também novos fazeres documentários, como o realizado em parceria com os povos indígenas de âmago etnológico.

Similarmente para a discussão da chamada nova configuração documentária se faz necessário ponderar sobre a emergência da preservação dos estoques informacionais depositados em repositórios públicos ou geridos por entidades autônomas, como os administrados pelos próprios povos indígenas em seus centros de documentação. Podemos indicar que:

Para preservar, precisamos, antes, classificar e colecionar. Por isso temos agentes que detêm o poder legítimo de definir o que faz parte do patrimônio. Esses “guardiães do patrimônio” definem o que é digno de ser preservado. Esses bens, pelo seu caráter único e pelo fato de serem vistos como depositários de uma memória que aponta para a identidade nacional, precisam ser defendidos. (OLIVEN, 2003, p. 77).

O Estado sempre dirigiu a formação de agentes públicos visando os tornarem guardiães da memória, como explanado por Oliven (2003). Formados em áreas afins da memória, esses servidores são designados para formarem coleções que são depositadas em instituições estatais. E, enquanto acumuladores dos estoques informacionais produzidos, a ação informacional gerada acaba derivando para novas apropriações e percepções acerca do acervo, num processo de hegemonia permanente do ente estatal. Tal processo hegemônico pode gerar, no contexto documentário, uma identidade excessiva, muito problemática quando confrontado com a realidade social enfrentada pelos povos indígenas. Portanto, “la identidad no parece ser ese universo armónico que sus oráculos pregonan y los fieles asimimos.” (GUTIÉRREZ, 2009, p. 7).

Tais coleções, representadas por material bibliográfico e museológicos, por exemplo, foram organizadas com o objetivo de atender aos interesses do Estado, exclusivamente, não levando em conta as necessidades da preservação da memória por grupos que não tinham a permeabilidade necessária para o acesso as políticas públicas que fomentassem novos repositórios que atendessem aos próprios povos indígenas.

O que orientou num primeiro momento a formação dos arquivos sobre os povos indígenas em diversas localidades do território brasileiro foi à necessidade de controle e prova: sejam os relatórios de atividades dos indigenistas do SPI sobre os indígenas, passando pela realização do levantamento do patrimônio público alocado nos postos indígenas, o desempenho dos índios em práticas econômicas e chegando ao ápice da limitação da circulação nas aldeias, quando do controle da entrada e saída de indígenas para assegurar a oferta de mão-de-obra para a indústria agrícola local.

Cabe ainda ressaltar que os procedimentos documentários contemporâneos em que são utilizadas novas formas de armazenamento e tratamento da informação não significam a simplificação dos procedimentos técnicos a serem adotados, mas sim um novo desafio no campo da Documentação. Destarte:

Como sabemos, o aumento exponencial da literatura por um lado e a diversidade de demandas de informação por outro, incentivou e, até mesmo, provocou ao longo do tempo o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da organização do conhecimento e da representação da informação. Instrumentos, métodos e técnicas de tratamento da informação se proliferaram. Atualmente, com a introdução das novas tecnologias de comunicação e informação, o problema do tratamento da informação, em sua essência continua o mesmo. O que passa a ser diferente são as novas dimensões das atividades de coleta, arquivamento, busca e acesso à informação/conhecimento. Continuam a ter especial interesse o desenvolvimento de instrumentos métodos e técnicas direcionadas a solucionar os aspectos cognitivos, operacionais e práticos de tratamento da informação. (SOUZA, 2012, p. 3).

Neste novo modelo de construção de instrumentos documentários, como os relacionados à recuperação da informação, se faz necessário amplos esforços para a capacitação e qualificação tanto dos agentes envolvidos na sua organização e disponibilização quanto dos sujeitos nele tratados, no caso em questão, os povos indígenas, grupo social dos mais interessados na difusão das informações contidas naqueles documentos. É necessário que os indígenas estejam devidamente instrumentalizados no poder transformador com conhecimentos necessários para utilizar e aprimorar os recursos informacionais disponíveis, até mesmo criando novos descritores e mecanismos para recuperação da informação visando atender, de modo mais eficaz e eficiente, as especificidades étnicas de cada povo.

### **3 OS POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NA ESTRUTURAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL**

Nesta seção, são colocadas em discussão importantes constituições da formação da memória e a relação desta com a parcela da sociedade brasileira em estudo. A constituição da memória coletiva é um dos maiores responsáveis pela etnicidade dos povos indígenas. Há uma constante reificação do que é ser indígena em contextos nos quais a oralidade é mais importante, senão a única, forma de transmissão do saber. Sobre o processo de memorização:

A ideia da memória como um armazém é muito antiga, e igualmente tão antiga é a ideia de uma arte que ajude o armazenamento com acuidade, fazendo as opções

necessárias mediante rápida percepção das mercadorias acumuladas. O armazém, em todos os textos da *ars memorativa*, é apresentado como bastante ampliável. Em lugar das poucas coisas que ali conservamos, é possível conseguir, mediante a Arte, nele acumular uma quantidade imensa de noções. (ROSSI, 2010, p. 89-90).

Em se tratando de memória indígena, essas formações pluriculturais, seriam as únicas com legitimidade para informar sobre o que deve se tornar artefato de memória, o que deve ser guardado e preservado ou esquecido. Os povos indígenas, com suas particularidades, detêm proeminência nas ações de cunho informacional para deliberar como será o manejo da memória documental produzida, assim como também inclusive na forma de organização desses repositórios, a partir de “[...] uma organização horizontal e interativa dos conhecimentos.” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 104).

O Estado brasileiro ao longo do século XX sempre direcionou a produção documentária sobre os povos indígenas com a finalidade de exercer controle. Porém, no tempo presente a concepção é distinta, já que na própria formação jurídica do Estado brasileiro, instituída pela Constituição Federal brasileira promulgada em 1988, os povos indígenas têm reconhecida sua organização social, suas manifestações culturais e religiosas, não cabendo mais ao Estado a formulação de diretrizes de ação que não seja de seu interesse. Reforça o reconhecimento de autonomia destas populações e auxiliam suas iniciativas da preservação de suas memórias os programas de inclusão social, principalmente os voltados para reconhecimento de seu patrimônio cultural material e imaterial.

O contato dos indígenas de forma sistemática com a nossa sociedade gerou, dentre outras necessidades, a vontade do registro escrito e visual. Agregou-se a este fato a importância que o registro físico tem em nossa sociedade como valor de prova. Enredados nesta situação, os povos indígenas passaram a utilizar não apenas a oralidade, mas somaram a seu modelo tradicional de transmissão do conhecimento, outros suportes, agora digitais, visando auxiliar a sua recuperação. Criados dentro deste contexto estão os centros de memória e documentação, organizados nas aldeias ou nas cidades mais próximas das terras indígenas, em que as memórias registradas em desenhos, vídeos, textos ou fotografias ficam armazenadas e acessadas não apenas por elementos de seu povo, mas por outros povos indígenas e demais interessados pela temática indígena, incluídos na rede de parentela e da rede virtual de computadores.

Gerados e gerenciados pelos próprios indígenas, esses centros são autônomos na organização de seus repositórios, o que leva aqueles que tratam repertórios desta natureza, formados e treinados pelo Estado, a abrir mão de sua *expertise* para assimilar e agregar a sua formação uma nova forma de ver e agir sobre a documentação, ou seja, respeitando a lógica e o interesse dos indivíduos abordados no conjunto documental.

A formação de coleções pelos próprios indígenas pode significar, portanto, um novo paradigma para que possam alcançar dimensões não possíveis de serem realizadas quando demarcadas por meio de uma intermediação realizada por alguma instituição que não tenha como tema principal o retratado ou que não seja aquele o elemento de uma dada coleção ou arquivo, no caso, os próprios povos indígenas. Deste modo:

As coleções se inscrevem num espaço de intermediação, permitindo a perpetuação identitária e simbólica de indivíduos por meio do visível concebido no que acumulam. Quando vistos e experimentados magicamente, os objetos que compõem tais coleções, por representarem mais do que objetos significantes, alçam alguns indivíduos, ou mesmo grupos, ao espaço do divino, no caso, do invisível. (RIBEIRO, 2008, p. 66).

Tal proeminência na formação de acervo talvez se dê com maior importância, visto que para se chegar a uma relação de perenidade com o conhecimento produzido, os indígenas tinham, no passado, uma urgência do relato oral com objetivo de não cair no esquecimento partes de suas memórias, principalmente, aquelas que viessem a constituir sua etnicidade. Hoje, com a perenidade do suporte informacional, não há mais a exigência da manutenção da oralidade, visando à preservação do que não pode ser esquecido.

#### **4 O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS PARA COM OS POVOS INDÍGENAS**

Na atualidade, a instituição do Estado brasileiro que garante o cumprimento da política indigenista é a Fundação Nacional do Índio, mais conhecida como FUNAI. Dentre as responsabilidades da instituição está em resguardar as manifestações culturais representativas das populações indígenas brasileiras, ação de competência do Museu do Índio. Deste modo:

Com parte das novas atribuições assumidas pelo Museu do Índio na gestão dos assuntos da área cultural da FUNAI, dois centros culturais, subordinados ao Museu do Índio, foram criados e destinados a pesquisas, documentação, preservação e divulgação das culturas e línguas indígenas, além de formação de pesquisadores, indígenas e não indígenas, em técnicas e métodos definidos, testados e específicos para tais áreas. São eles: o Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá, em processo de organização de reserva técnica dos acervos e espaços expositivos, bem como complementação de equipes especializadas; e o Centro de Formação Audiovisual Guaiás, em Goiânia, em fase de implementação de projeto de reforma e adaptação das instalações que irão abrigar laboratórios, estúdios e aparelhagens para oficinas e treinamentos, principalmente, em registros imagéticos e sonoros – com término das obras previsto até 2016. Os centros atenderão não apenas aos povos indígenas dos respectivos estados – num total de 45 etnias – mas também aos de outras regiões, dada a localização geográfica dessas unidades descentralizadas, possibilitando a redução de custos de deslocamento dos pesquisadores indígenas para oficinas especializadas, atualmente restritas às instalações do Museu do Índio no Rio de Janeiro. (UNESCO, 2015, p. 13).



Realizando uma pequena digressão histórica, é observado que o Museu do Índio teve, já em tempo outrora, o papel de executar políticas de cunho documentário sobre e para os povos indígenas. Dessarte, em meados dos anos de 1970, foi criada uma estrutura na instituição para a realização de tal intento. Assim:

O Centro de Documentação foi criado com a finalidade de dotar as unidades documentárias da FUNAI, no Rio de Janeiro e em Brasília, de uma infra-estrutura devidamente operacionalizada para atender às exigências do órgão. Os seus objetivos incluem recolhimento, classificação, reprodução e utilização dos documentos primários existentes nos diversos setores da FUNAI, proporcionando ao usuário informações normalizadas para estudos de política indigenista e pesquisas etnológicas, e a sistematização dos dados documentários e bibliográficos existentes em outras instituições, além da elaboração e divulgação de trabalho no âmbito das especialidades cultivadas no Centro. (GALVÃO; LIMA, 1983, p. 38).

Entretanto, é importante problematizar que a própria FUNAI naquele tempo sofreu problemas de ordem estrutural, em diversas áreas de atuação, frente às demandas dos povos indígenas. As práticas negligentes de cunho documentário foram alertadas quando da formulação do Centro de Documentação Etnológica (CDE) no Museu do Índio:

O desinteresse pela sorte da documentação histórica e atual no âmbito da FUNAI é parte de uma visão imediatista e pouco esclarecida sobre os índios e seus problemas que, na organização interna da FUNAI, conduziu ao afastamento e marginalização de um número ponderável de funcionários especializados. (MOREIRA NETO, 1979, p. 15).

Em tempos não tão remotos, positivas brisas foram sentidas no horizonte. O Museu do Índio, instituição de caráter técnico-científico da FUNAI apresentou, no final da década de 1990, ações que garantiriam seu papel na preservação da memória indígena. Isto se deu por meio da aprovação do Plano Plurianual (PPA) da FUNAI, de ações de salvaguarda do patrimônio indígena. Deste modo, garantiu autonomia financeira frente aos revezes políticos e de setores que não desejavam uma possível autonomização dos povos indígenas. Deste modo:

Em 1998 a Funai encontrava-se envolvida na elaboração do seu Plano Plurianual (PPA), exigência do Estado para alocação de recursos. Por decisão de sua presidência, a Funai no lugar de apresentar uma proposta de orçamento única, encaminhou várias propostas, organizadas pelos seus departamentos. Na ocasião, a direção do Museu apresentou quatro propostas de planos de ação. A primeira, específica para o Museu do Índio, voltadas para a conservação dos seus acervos, e as demais para revitalizar, registrar e difundir o patrimônio cultural indígena. O valor aprovado era inexpressivo, mas o efeito era enorme porque significava que a União passaria alocar, por um período de 4 anos, recursos para a proteção do patrimônio indígena. A aprovação das propostas pelo Museu do Índio no PPA, além de terem possibilitado à direção do Museu ampliar sua atuação e manter seus projetos, auxiliou a Funai na redefinição de seu papel, já que introduzia no seu foco de atuação, em conjunto com a questão fundiária, a questão cultural. (COUTO, 2012, p. 91).

Portanto, é possível deduzir que a primeira mudança paradigmática na formulação de uma nova política documentária e cultural para os povos indígenas foi à inclusão do Museu do Índio no Plano Plurianual da FUNAI. A tese levantada por Pozzobon (1999) do clientelismo endêmico em que padecia a instituição indigenista não havia correspondência no Museu do Índio, pois interferências políticas contrárias as diretrizes formuladas pelo Museu do Índio não eram mais possíveis, frente à estabilidade institucional que o Museu conquistou, devido sua inclusão no PPA.

A partir da estabilização política em virtude da vigência do PPA que inclui, dentre outras iniciativas, as políticas públicas culturais para os povos indígenas, é possível afirmar que houve novos desdobramentos documentários no sentido de se criar um ambiente favorável para uma execução mais autônoma de práticas documentárias junto aos índios. Tais ações significam, de forma indubitável, a promoção de autonomia dos povos indígenas na construção de ambientes positivos e transformadores para parcelas da sociedade brasileira antes alijada das ações informacionais em vigor, muito orientada, por exemplo, para a C&T. (AGUILAR, 2008).

Veio ao encontro deste cenário favorável para a criação de novos paradigmas de desenvolvimento documentário junto aos povos indígenas, o Decreto nº 7.056 publicado pela Presidência da República em 29 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009). Das mudanças mais significativas para o assunto em tela está à criação de Comitês Regionais para cada Coordenação Regional, órgão descentralizado da FUNAI, composto por servidores e representantes indígenas locais. O objetivo da criação dos Comitês é permitir uma gestão compartilhada, onde os índios podem pleitear ações de seus interesses. Deste modo, tanto podem sugerir a criação de centros de documentação em suas terras quanto cobrar que projetos voltados para a promoção de sua cultura sejam implantados.

A publicação do Decreto criou um ambiente de maior autonomia aos povos indígenas, facilitando, deste modo, que os agentes de transformação e emancipação sejam os próprios indígenas. Muitos debates ainda estão por vir quanto ao tipo de ação a ser executado pelo chamado indigenismo oficial, indigenismo este que vivencia um período de crise desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. (OLIVEIRA, 1988).

As políticas públicas voltadas para os povos indígenas sempre tiveram como prática não contarem com a participação indígena, inclusive as que tangem as práticas documentárias. As mudanças citadas possibilitaram que o Museu do Índio, no papel de responsável pelo planejamento e implantação de políticas de viés documentário da FUNAI, criasse um ambiente favorável para o desenvolvimento de práticas documentárias com efetiva participação dos povos indígenas.

O resultado desta atmosfera positiva para a formulação de novas práticas documentárias voltadas para os povos indígenas ocorreu em 2009, com o início do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas que resultou na ação documentária em mais de 105 aldeias das mais diversas regiões do país, contando com a participação ativa e direta dos indígenas e o registro de mais de 39 culturas indígenas, beneficiando uma população de aproximadamente 27 mil índios. Conforme já sedimentado em virtude dos positivos resultados apresentados, pode se afirmar que:

Ao longo de sete anos de intensa produção e permanente criatividade, dado o caráter inédito da iniciativa, os trabalhos desenvolvidos pelas diversas equipes técnicas e científicas alcançaram um conjunto expressivo de resultados, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas, sobretudo, da qualidade das informações e conteúdos produzidos no âmbito de atividades e oficinas, em campo e nas instalações do Museu do Índio, com a participação sistemática de pesquisadores indígenas em todas as etapas do Projeto, contando com o aporte do conhecimento de mestres, artesãos e outros detentores de saberes tradicionais de seus povos na qualificação dos materiais e dados documentados. (UNESCO, 2015, p. 21).

Como sequência ao PROGDOC, no ano de 2017, teve início outro projeto de documentação realizada em parceria com a UNESCO: a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica. Ainda não é possível verificar os efetivos resultados produzidos, visto que o projeto teve início neste ano e a previsão de execução é de trinta e seis meses. Todavia, no documento que o idealiza é possível aventar seu caráter ambicioso, quando da estratégia, por exemplo, da formação de pesquisadores indígenas. Assim:

Feito o levantamento dos grupos étnicos de recente contato nas fronteiras amazônicas que poderão se beneficiar do Projeto, o passo seguinte é a realização de chamada pública para seleção de propostas de subprojetos na área de salvaguarda linguística e cultural que contemplem esses povos indígenas transfronteiriços. [...]. Os subprojetos de língua e cultura deverão constituir equipe de trabalho de modo a sempre incorporar pesquisadores indígenas provenientes dos próprios grupos étnicos. A iniciação de pesquisadores indígenas, visando despertar o interesse de membros das próprias comunidades para a atividade de pesquisa voltada para a sua própria língua e cultura, tem sido um dos principais propósitos dos projetos do PROGDOC. O que se almeja para o futuro próximo é o protagonismo na construção de conhecimento etnográfico, linguístico e cultural. (UNESCO, 2015, p. 39).

O processo em curso de formação de pesquisadores indígenas e da criação de centros de documentação nas localidades onde os índios habitam são de grande importância. De fato, os protagonistas pela captura da informação em campo e o tratamento técnico realizado estão sendo feitos pelos próprios indígenas. E os desafios ainda são de grandeza mais ampliada quando povos indígenas que nunca tiveram qualquer contato com os documentos produzidos na contemporaneidade fagocitam ações de documentação já praticadas pela sociedade envolvente.

Também são instigantes as práticas a serem desenvolvidas para a consolidação das ações documentárias efetivadas pelos povos indígenas, práticas estas que refletem o desejo destes povos para a conservação e manutenção de suas memórias. Neste aspecto, o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas beneficiou tanto os povos indígenas quanto a comunidade científica. O projeto introduziu novas práticas no campo da Linguística e da Documentação, inclusive de caráter experimental, por ser um trabalho inovador frente à tradição da documentação para com os povos indígenas, já que há a participação ativa do componente indígena na execução do trabalho. Portanto:

Como retorno imediato para as comunidades indígenas, o Projeto prevê treinamento de no mínimo um pesquisador indígena especialista em documentação linguística para cada língua documentada, disponibilização dos materiais digitalizados, elaboração de materiais didáticos e para-didáticos, dentre outros. (UNESCO, 2008, p. 10).

Os programas de documentação, além de produzirem conhecimentos sobre os povos indígenas, os instrumentalizam para documentar a sua própria língua e cultura, permitindo assim uma autonomização dos agentes nas localidades indígenas. Deste modo, permite o acesso ao conhecimento produzido no âmbito acadêmico em sintonia com os saberes tradicionais formulados pelos povos indígenas. O produto do conhecimento gerado nas localidades habitadas pelos índios estará disponível para os mesmos, por meio dos centros de documentação nas terras indígenas.

Esta ação documentária de autonomização dos povos indígenas já produziu diversos resultados. Dentre os resultados obtidos podemos salientar: a realização de 138 oficinas nas aldeias, abrangendo 128 aldeias e a formação de 95 pesquisadores indígenas em documentação linguística, pesquisa e registro de aspectos de suas culturas, sendo 60 bolsistas. Quanto a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica ainda não há produtos consolidados, visto o pouco tempo de início do projeto.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os desafios quanto à documentação produzidas no âmbito dos projetos da UNESCO são de grande amplitude. Assim, se faz necessária uma profunda reflexão do papel que o órgão indigenista, a FUNAI, terá nos anos vindouros na permanente e fundamental diálogo com os povos indígenas. É possível perceber que está em curso uma transmutação da memória indígena

em virtude de tais vicissitudes. E cabe realçar ainda que as mudanças em curso são inexoráveis, ou seja, o caminho de autonomização dos povos indígenas está se sedimentando, bastando observar como se dará esta marcha no mundo dos registros informacionais e nos seus desdobramentos documentários.

A derrocada do indigenismo oficial em que se configuravam as relações de clientelismo e assistencialismo junto aos povos indígenas está findando, ou seja, não há mais espaços para iniciativas de cunho corporativo que venha a contemplar poderes pouco republicanos alocados no Estado como também determinadas frações de povos indígenas pouco interessados no ganho coletivo. Nas novas configurações da política indigenista brasileira e das ações documentárias empreendidas pelo Estado, os indígenas se tornam protagonistas, não apenas na documentação da sua cultura, como também no manejo das novas tecnologias de informação e comunicação. Assim sendo, um projeto de autonomia e, principalmente, de promoção de emancipação, ganha importância, significado e aponta para novos caminhos de melhoria das condições de vida dos povos indígenas.

No âmbito da Ciência da Informação caberia realçar a importância que os movimentos de documentação étnica teriam na construção de novos paradigmas no campo científico, principalmente o de viés social. Assim, grupos aliados das discussões informacionais contemporâneas ganham proeminência e a Ciência da Informação não seria uma ciência calcada na pós-modernidade, mas uma “ciência catalisada pelas ciências sociais e dirigida ao paradigma do senso comum esclarecido.” (FRANCELIN, 2017, p. 13). Ainda neste sentido:

Por outro lado, a Ciência da Informação não se identifica apenas com o paradigma social, mas com outros paradigmas, com a forma como eles são enunciados e com os seus discursos. Ou seja, a visão de uma hierarquia é muito mais representativa em termos de domínio do que uma possibilidade de relação horizontal com os mesmos ambientes paradigmáticos típicos da pós-modernidade e da complexidade. Então, pode ser que tenha prevalecido sim uma discussão mais abrangente em torno do paradigma social, mas, também, não se pode negar a existência de um debate mais restrito e aprofundado sobre o senso comum e a teoria da complexidade. (FRANCELIN, 2017, p. 13).

As formações de centros de documentação em áreas indígenas, apesar de louvável, necessitam de apoio em longo prazo para que haja investimentos financeiros permanentes tanto por meio de parceiros ativos quanto do próprio Estado brasileiro. Tais iniciativas devem contar com a orientação da FUNAI com base nos recursos humanos formados nas oficinas que foram promovidas pelo PROGDOC, assim como os frutificados pela Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica.

Outro desafio que emerge do contexto histórico das novas práticas documentárias diz respeito à manutenção dos quadros formados no âmbito do Programa. Estes índios, especialistas em documentação, devem ser incentivados a transmitirem as práticas informacionais assimiladas para os membros de sua aldeia visando à melhoria das condições de seu povo na salvaguarda de suas memórias. Como explicitado pela madame documentação Briet (2016, p. 13) o *homo documentator* nasce das novas condições de pesquisa e da técnica e, pode-se complementar, pelos desafios enfrentados pelos indígenas brasileiros na luta pela manutenção dos seus territórios e pelo avanço dos direitos sociais que estão em permanente disputa.

Mais do que a ação constante do Estado brasileiro, em cumprimento aos dispositivos constitucionalmente previstos na Carta Magna promulgada em 1988, somente por meio da qualificação dos povos indígenas, pela valorização de sua cultura material e imaterial, mas principalmente pela existência e valorização da documentação, é que os povos indígenas estarão instrumentalizados para enfrentar os interesses alheios a sua causa. Fica também evidente que as novas sendas do indigenismo brasileiro ainda passam por períodos de turbulências, sendo necessários constantes ajustes e um diálogo permanente e franco com os povos indígenas interessados em preservar, difundir e fomentar suas especificidades culturais.

Está em marcha a transmutação da memória indígena e há de se esperar que sopros de autonomia numa dinâmica de auto-suficiência dos povos indígenas estão em movimento. O processo iniciado contempla tanto povos indígenas com contato perene com a sociedade envolvente como também povos com baixa associação, como aqueles intitulados como de recente contato ou transfronteiriços.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Alejandra. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 158-191, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7056.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7056.htm)>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTO, Helena Pereira. A política institucional e o trabalho curatorial na montagem da exposição Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi. In: **QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS: debates e possibilidades**.

Brodowski; ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. p. 90-95.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. In: AMÉRICA: descoberta ou invenção. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 138-164.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Domínio, crise e emergência de paradigmas: discursos sobre as ciências na Ciência da Informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 3-14, maio/ago. 2017.

GALVÃO, Clara Maria; LIMA; Maria de Pompéia A. Atividades de documentação – Museu do Índio. In: MUSEU DO ÍNDIO: 30 anos (1953-1983). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983. p. 37-43.

GUTIÉRREZ, Antonio García. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GUTIÉRREZ, Antonio García. **La identidade excesiva**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

MAACK, Mary Niles. A dama e o antílope: a contribuição de Suzanne Briet ao movimento pela documentação na França. In: BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016. p. 65-106.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago. 1979.

MUSEU DO ÍNDIO: 30 anos (1953-1983). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **A crise do indigenismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 77-80.

POZZOBON, Jorge. O lumpem-indigenismo do estado brasileiro. **Journal de La Société des Américanistes**. Tome 85, p. 281-306, 1999.

QUESTÕES INDÍGENAS E MUSEUS: debates e possibilidades. Brodowski; ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (organização). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 59-71.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do Conhecimento. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 103-124.

UNESCO. **Projeto de Cooperação Técnica Internacional: Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras**. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

UNESCO. **Projeto de Cooperação Técnica Internacional: Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica**. Brasília, DF: UNESCO, 2015.